

Comissão de Administração do Território, Poder Local,
Equipamento Social e Ambiente

RELATÓRIO / PARECER

RELATIVO AO PROCESSO DE
CONSULTA PÚBLICA
SOBRE
A

REGIONALIZAÇÃO



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO, PODER LOCAL,
EQUIPAMENTO SOCIAL E AMBIENTE

INTRODUÇÃO

1. Pela deliberação nº12-PL/96, aprovada em 2 de Maio de 1996, "Assegura a adequada transparência no processo legislativo respeitante à regionalização do continente", a Assembleia da República, ao abrigo do artigo 150º do Regimento da Assembleia da República, decidiu.

"

1. *A Comissão de Administração do Território, Poder, Equipamento Social e Ambiente assegurará a audição da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Associação Nacional de Freguesias sobre o processo de criação das regiões administrativas e de definição do respectivo regime jurídico, remetendo-lhes para o efeito todos os projectos de lei apresentados.*
2. *Por um prazo de 90 dias e após votação na generalidade das iniciativas legislativas tendentes à criação das regiões administrativas, os projectos de lei aprovados serão, pela comissão parlamentar respectiva, submetidos a consulta pública, que incluirá necessariamente a audição das associações nacionais representativas das autarquias e dos representantes das áreas metropolitanas.*

Durante esse período de debate público, a Comissão de Administração do Território, Poder Local, Equipamento Social e Ambiente assegurará a audição de especialistas sobre regionalização, e a Assembleia, através do seu Presidente, proporá à RTP e a outros canais de televisão a realização de uma série de programas e debates incidindo sobre as razões para a regionalização, as competências e as áreas de delimitação das regiões.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

3. *Será editada para o efeito previsto no número anterior uma separata do Diário da Assembleia da República.*
4. *A Comissão de Administração do Território, Poder Local, Equipamento Social e Ambiente receberá e ponderará os dados decorrentes da consulta pública e elaborará relatório que designadamente, permita evidenciar:*
 - a) *As opções adoptadas para as áreas de delimitação geográfica que não vierem a coincidir com os limites dos actuais distritos;*
 - b) *As soluções de enquadramento territorial e institucional das associações públicas de municípios e, particularmente, das metropolitanas".*
2. *Na sequência da mesma deliberação a Comissão de Administração do Território, Poder Local, Equipamento Social e Ambiente aprovou, a 28 de Maio, por unanimidade,*
 1. *Enviar a Separata nº 11/VII DAR aos Municípios, Associações de Municípios, Associações Culturais, Empresariais e Ambientalistas, Universidades, Dioceses, etc.*
 2. *Iniciar as audições no próximo dia 4 de Junho até 13 de Julho e de 3 de Setembro até 15 de Outubro.*
 3. *Reservar para as audições as terças-feiras das 10.00 às 12.00 horas e das 15.00 às 18.00 horas e as sextas-feiras das 14.00 às 16.00 horas;*
 4. *Dar o máximo de publicidade das iniciativas em conferência de imprensa, informação nos jornais, TV, debates em televisão; e*
 5. *Organizar importantes debates na Sala do Senado sobre o tema da Regionalização com Municípios, Universidades e parceiros sociais."*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A) AUDIÇÃO DA ANMP E DA ANAFRE

A **ANMP** respondeu-nos a 96.12.13: *"De acordo com o solicitado, junto se enviam os seguintes documentos:*

- *Conclusões do seminário "A regionalização para Portugal: um desafio nacional no dobrar do milénio", realizado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses em Abril de 1996;*
- *Propostas apresentadas a Sua Excelência o Primeiro Ministro, em Novembro de 1995*
- *Conclusões (em matéria de Regiões Administrativas) aprovadas por unanimidade no VII Congresso da ANMP, realizado em Maio de 1996."*

Transcrevemos, na íntegra, o documento mais recente, *"A regionalização para Portugal: um desafio nacional no dobrar do milénio, breves conclusões do encontro nacional promovido pela Associação Nacional de Municípios Portugueses realizado em Loulé-Vila Moura, em 12 e 13 de Abril de 1996"*.

"A Associação Nacional de Municípios Portugueses entendeu ser especialmente oportuno e necessário promover uma exigente e participada reflexão sobre uma questão primacial para o futuro da nossa vida colectiva: a Regionalização do País.

Tal reflexão fez-se com uma muito ampla participação dos mais responsáveis representantes da nossa vida autárquica, e de muitos responsáveis de diversos e significativos sectores da vida e da actividade da sociedade civil, que gratamente se saúdam.

E igualmente deram a sua significativa presença e a sua participação a esta reflexão os mais altos responsáveis do Governo, com destaque para Suas Excelências o Senhor Primeiro Ministro e o Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, presenças que se assinalam como forma de empenhamento da Administração Central, numa causa essencial para a construção do futuro do País.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

E no termo desta reflexão, formulam-se as seguintes conclusões gerais:

- A1. A Regionalização constitui um necessário e inadiável processo de reforma do Estado e da Administração Pública; uma base insubstituível para a modernização do Estado; e um caminho gerador do progresso, de liberdade e de paz.*
- A2. A Regionalização constitui um quadro claramente fortalecedor da unidade e da coesão nacionais; que são, em si mesmas, um bem inestimável; e que não podem ser postas em causa por qualquer geração de dirigentes políticos.*
- A3. A Regionalização constitui igualmente um quadro institucional indubitavelmente fortalecedor dos Municípios.. O quadro próprio onde o seu peso possa contar de modo real e efectivo, e por via desse quadro fazer ouvir-se, com clareza e com eficácia, a nível nacional.*
- A4. A Regionalização consistirá, substancialmente, numa efectiva partilha do poder entre a Administração Central, isto é, os órgãos de Governo, e outros poderes, de nível intermédio, as Regiões, situadas entre o primeiro e o escalão local. A Regionalização constituirá o necessário complemento, muitas vezes tentado e sempre adiado, da estrutura administrativa do País.*
- A5. A Regionalização deve constituir, essencialmente, um instrumento do desenvolvimento; o instrumento de execução de uma política de desenvolvimento; e de uma política de desenvolvimento regional.*
- A6. A Regionalização tem por objectivo estratégico primacial a coesão económica e social do espaço nacional e o desenvolvimento global e integrado do País. E visa, ainda, harmonizar internamente os níveis de bem-estar e de prosperidade material; e encontrar os mecanismos que possam aproveitar e valorizar as energias endógenas, e forçar a redução das disparidades de desenvolvimento.*
- A7. A Regionalização corresponde, estruturalmente, à vontade de aproximar a Administração dos administrados, e de assegurar uma desejável diversificação àquilo que, de facto, não tem que ser uniforme. E implicará um efectivo chamamento de um maior número de pessoas à vida pública, o que só por si é garante de*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

estabilidade e de consolidação e aprofundamento da própria democracia.

- A8.** *A Regionalização, uma vez institucionalizada, vai marcar, de modo significativo, as próximas gerações. Vai criar um novo quadro de decisão colectiva. E tal circunstância obrigará a que, necessariamente, o processo de Regionalização, nas suas várias vertentes e implicações, deva ser suficientemente aprofundado, de modo a produzir-se num quadro de fecundidade e de segura consolidação das esperanças que suscita e que contém.*
- A9.** *A Regionalização deverá ser dimensionada para que possa dar resposta aos objectivos estratégicos essenciais que nela estão intrinsecamente contidos; e possa ainda constituir-se em força mobilizadora de capacidade criativa e de capacidade de realização, e ser, para cada uma das Regiões a constituir, um vector de afirmação no País, na Europa e no Mundo.*
- A10.** *A Regionalização, tendo em conta as profundas e duradouras consequências para o País que necessariamente transporta, justifica um amplo e saudável consenso das forças políticas e sociais, quanto à forma do processo a implementar, e ainda quanto ao respectivo conteúdo. Para obtenção dum tal consenso, é indispensável incentivar e promover um grande e participado debate nacional.*

E formulam-se ainda as seguintes conclusões complementares:

B. Quanto ao "Modelo Espacial da Regionalização":

- B.1.** *A Regionalização deverá adequar-se claramente aos objectivos estratégicos essenciais de desenvolvimento económico e social do País, e ser um vector activo da participação operosa dos cidadãos na vida pública.*
- B.2.** *A Regionalização deverá estar aberta à consideração no seu "modelo espacial", das realidades e especificidades das Áreas Metropolitanas, muito especialmente quando a respectiva dimensão humana, social e económica o justifiquem.*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

B.3. *A Regionalização deverá estimular a autonomia dos Municípios e o fortalecimento de outros níveis de poder local, tendo em conta, quanto aos primeiros, que se trata de instituições necessárias e úteis, veneráveis no seu espírito, e indiscutivelmente ligadas ao próprio carácter do povo português.*

B.4. *A Regionalização deverá promover, num quadro de exigência, a modernização da Administração Pública, no objectivo da sua abertura e do seu papel de fomento da participação e da intervenção dos cidadãos.*

C. Quanto ao "Processo Institucional da Regionalização":

C.1. *A Regionalização deve fazer-se num quadro de clara austeridade. O centro das atenções de uma administração moderna é o cidadão comum, e não é, nem deve ser, aquele que detém o poder em qualquer momento, mesmo quando ele for designado, para tal, pela sociedade.*

C.2. *A Regionalização deve fazer-se ainda num quadro de exigência, que promova o emagrecimento da estrutura funcional da Administração Pública, aliviando-a de um peso excessivo, que tem demasiados custos e cada vez se justifica menos.*

C.3. *A Regionalização deve traduzir-se no reforço, para níveis progressivamente mais europeus, da capacidade financeira dos Municípios, não só por virtude de novas competências que, saudavelmente, lhes devem ser, e lhes vão ser atribuídas, mas também por virtude de competências que já exercem.*

C.4. *A Regionalização deve ser institucionalizada em simultâneo para todo o espaço nacional, e deve viabilizar-se, no processo de institucionalização, numa activa participação dos Municípios, mormente nas áreas marginais das Regiões a instituir.*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

D. Quanto as "Competências das Regiões":

D.1. Não devem, rigorosamente, ser transferidas para as Regiões a criar, quaisquer funções que assegurem a unidade e a coesão do Estado, isto é, não devem ser transferidas para as Regiões a criar, rigorosamente, quaisquer atribuições de soberania.

D.2. As atribuições e competências das Regiões a criar resultarão, em regra, de competências e atribuições agora exercidos pela Administração Central, pelo Estado, e só uma procura de escalas pode eventualmente levar a que os Municípios entendam de pôr, ao nível regional, algumas preocupações comuns.

D.3. Tais atribuições e competências poderão ser ordenadas nos seguintes grandes grupos:

- a) Desenvolvimento económico e social;*
- b) Fomento da actividade económica e da criação de emprego;*
- c) Ordenamento do território;*
- d) Ambiente, recursos hídricos e conservação da natureza;*
- e) Infraestruturas viárias e equipamentos,*
- f) Educação e formação profissional,*
- g) Saúde;*
- h) Cultura e património histórico;*
- i) Desporto e ocupação de tempos livres,*
- j) Turismo;*
- l) Abastecimento público;*
- m) Protecção civil;*
- n) Apoio técnico aos Municípios.*

D.4. O processo de transferências de atribuições e competências deve ser gradativo e temporalizado, isto é, gradual e compassadamente programado. Tudo para que os cidadãos possam sentir as reais vantagens e a clara eficácia de todo o processo de reforma administrativa que se implementou.

D.5. O princípio geral do processo de Regionalização é integrar mais responsáveis para conduzir o destino colectivo, fazendo-o sempre com graus acrescidos de eficácia e de humanização. A bem do futuro colectivo de Portugal. A bem de todos os portugueses. E a bem dos nossos filhos e dos filhos dos nossos filhos, que vão



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

perpetuar a nossa vontade e o nosso génio que, queremos, vivam um futuro mais digno e mais justo."

A ANAFRE enviou parecer datado de 12 de Junho de 1996 que transcrevemos e que resume a Audição da mesma de 11 de Junho em que esteve presente o seu Vice Presidente, Palmeiro de Carvalho:

"A ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias tem vindo, ao longo dos anos, a reivindicar a urgente criação e instituição das Regiões Administrativas no Continente como autênticas autarquias de Escalão Regional, na base das descentralização de poderes e meios da Administração Central, como forma de considerar o Poder Local e promover o desenvolvimento integrado de todas as Regiões do País.

Reafirmando que foi a posição da Associação no seu V Congresso realizado na cidade da Maia nos dias 7, 8 e 9 de Junho de 1996, sobre a necessidade e urgência da Regionalização considera-se que:

- 1. Deve ser consignada a participação obrigatória da Freguesia nos Órgãos Consultivos Regionais.*
- 2. A Freguesia deve ser ouvida na definição e instituição da Região.*
- 3. O Apoio das Regiões deve ser extensivo à acção das Freguesias.*
- 4. Deve ficar aberta a possibilidade da Freguesia limítrofe poder optar por Região diversa da do concelho.*
- 5. O princípio da subsidiariedade a aplicar deve ser o definido na Carta Europeia de Autonomia Local (CEAL).*

Finalmente e considerando extremamente grave consignar-se disposição contrária e discriminatória, não se aceita, que os Presidentes de Junta de Freguesia não façam parte, de pleno direito, do Colégio Eleitoral constituído pelos membros das Assembleias Municipais, isto é, "DEVEM PODER VOTAR E SER ELEITOS PARA A ASSEMBLEIA REGIONAL" "



D) RESPOSTAS DADAS AOS PEDIDOS DE PARECER

1 - ASSEMBLEIAS DISTRITAIS

Pronunciaram-se :

A **Assembleia Distrital de Viana do Castelo** de que transcrevemos da moção que nos foi enviada

*"Plenamente convencidos de que a **Regionalização** terá uma influência determinante na correcção das assimetrias regionais através da efectiva descentralização de poderes e consequente afectação de recursos, a **Assembleia Distrital de Viana do Castelo**, dando menor relevância à divisão geográfica das regiões, apela à rápida instituição em concreto das **Regiões Administrativas**, considerando-as vitais para o desenvolvimento equilibrado de todo Nacional"*

A **Assembleia Distrital de Évora** de que transcrevemos do respectivo parecer:

*"Atendendo à identidade cultural que caracteriza os distritos de Beja, Évora, Portalegre e os 4 concelhos do Sul de Setúbal (Alcácer do Sal, Grândola, Santiago e Sines), identidade indispensável à criação e garante da efectiva solidariedade social, à complementaridade de importantes factores de coesão económica existentes e ainda à possibilidade de integração das diversas componentes do desenvolvimento, numa perspectiva de optimização, potencialização e racionalização dos recursos económicos, financeiros e humanos disponíveis, **deve ser criada e instituída a Região Administrativa do Alentejo**, cujos serviços deverão ser distribuídos por diversos pólos subregionais; tal como já foi expressado por mais de 80% das **Assembleias Municipais do Alentejo** que se pronunciaram sobre a **Regionalização**".*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Discordam da região que lhes é proposta as Assembleias Municipais, **Alenquer, Arruda dos Vinhos, Lourinhã e Sobral de Monte Agraço**, que preferem a Região de Lisboa e Setúbal;

3. Não se pronuncia sobre o mapa a Assembleia Municipal de **Torres Vedras**,

SETÚBAL

1. Da apreciação dos pareceres de todas as treze Assembleias Municipais que se pronunciaram, infere-se manifestaram o seu acordo com o processo de regionalização todas as Assembleias Municipais do Distrito de Setúbal ou seja: **Alcácer do Sal, Alcochete, Almada, Barreiro, Grândola, Moita, Montijo, Palmela, Santiago do Cacém, Seixal, Sesimbra, Setúbal e Sines**.

2. Expressaram o apoio genérico aos Projectos, aceitando a região que lhes é proposta: (Região de Lisboa e Setúbal), as Assembleias Municipais de **Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal**.

3. As Assembleias Municipais de **Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines** optaram pelo Projecto do PCP/PEV: uma única Região do Alentejo.

ÉVORA

1. A apreciação dos pareceres das todas as Assembleias Municipais deste Distrito (catorze), conclui-se todas estarem de acordo com o processo de regionalização, ou seja: **Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vila Viçosa**.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

2. Todas as referidas Assembleias Municipais optam pelo Projecto do PCP/PEV ou seja pelas criação de uma única região do Alentejo

PORTALEGRE

1. A apreciação dos pareceres das dez Assembleias Municipais que se pronunciaram neste Distrito, manifestaram acordo com o processo de regionalização as Assembleias Municipais: **Alter do Chão, Arronchas, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Gavião, Monforte e Ponte de Sôr.**
2. As Assembleias Municipais de **Avis, Castro e Monforte,** manifestaram o seu acordo com o Projecto do PCP/PEV, que prevê a criação duma única região do Alentejo.
3. Outras Assembleias Municipais não se pronunciam sobre a regionalização, **Fronteira, Marvão, Nisa, Portalegre e Sousel**

BEJA

1. Todas as catorze Assembleias Municipais deste distrito manifestaram o seu acordo com o processo de regionalização ou seja: **Aljustrel, Almodovar, Alvito, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mertola, Moura, Odemira, Ourique, Serpa e Vidigueira.**
2. Destas Assembleias Municipais optam pelo Projecto do PCP/PEV, **Aljustrel, Alvito, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Mértola, Odemira, Serpa e Vidigueira,** o que significa preferirem uma única Região do Alentejo..

Apoiam o Projecto do PS, **Almodôvar, Ferreira do Alentejo e Moura,** ou seja duas Regiões no Alentejo, a do Alto e a do Baixo Alentejo.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

3. Não se pronuncia quanto a qualquer região concreta, a Assembleia Municipal de Ourique.

FARO

1. Da apreciação das moções ou actas relativas à totalidade das Assembleias Municipais que responderam neste distrito à consulta pública: **Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, S. Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António**, infere-se claramente o apoio ao processo de regionalização administrativa do país e à instituição em concreto das regiões.
2. As Assembleias Municipais de **Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, S. Brás de Alportel, Silves, Tavira e Vila Real de Santo António** declararam a sua concordância na generalidade com os Projectos de Lei em consulta.
3. Outros dados a assinalar: A Assembleia Municipal de **Loulé** e a Assembleia Municipal de **S. Brás de Alportel**, recomendaram que na especialidade a Assembleia da República rejeite liminarmente a possibilidade das futuras Assembleias Regionais integrarem membros não eleitos directamente pela população. A Assembleia Municipal de **S. Brás de Alportel** declarou-se também, em alternativa, a favor da instituição de cinco regiões no continente e o Município de **Vila do Bispo** também apoia a necessidade de haver um referendo nacional sobre esta matéria

4 - CÂMARAS MUNICIPAIS

Pronunciaram-se dezasseis executivos camarários.

Apenas o de **Oliveira do Hospital** exprimiu reservas ao processo de regionalização, **Albufeira** não considera oportuno pronunciar-se apesar de apoiar um processo rápido de regionalização, e **Alcobaca** exprimiu o desejo de referendo prévio. **Cinfães, Mora, Vendas Novas, Abrantes**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

PARECER

1. A revisão constitucional em curso pode vir a introduzir modificações no processo de regionalização do país. Não deve, contudo, deixar de merecer a atenção dos senhores Deputados o balanço da consulta pública cujo relatório-parecer está agora à vossa apreciação. É a fonte de informação mais actualizada tornada indispensável para quem quer ter elementos recentes sobre o importante e actual debate sobre a regionalização do país.
2. Este relatório que obrigatoriamente organiza, com grelhas sempre questionáveis, a importante massa de informação que os senhores Deputados têm também directamente à vossa disposição, poderá certamente servir para nos ajudar a fundamentar as nossas opiniões sobre a regionalização e o actual processo de criação das regiões. Sendo certo que uma apreciação global desta mesma informação confirma a importante adesão a uma e a outra. Apesar de ter ser feita num contexto marcado por diferenças de opção dos partidos representados na Assembleia da República quanto ao modelo da ratificação democrática da regionalização e da sua viabilização concreta.

A deliberação nº12 -PL/96 incumbe-nos de elaborar relatório que designadamente permita evidenciar:

- a) As opções adoptadas para as áreas de delimitação geográfica que não vierem a coincidir com os limites dos actuais distritos;
- b) As soluções de enquadramento territorial e institucional das associações públicas de municípios e, particularmente, das metropolitanas.

Vamo-nos restringir ao "designadamente", fundamentando-o ao nível do óbvio da consulta pública que nos serve de fundamento.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

3. No que respeita às Regiões Metropolitanas a audiência e parecer da Assembleia Metropolitana de Lisboa veio confirmar o desejo de que seja criada a Região Metropolitana de Lisboa e Setúbal. O que também surge como opção inequivocamente confirmada pelas Assembleias Municipais da região.

O parecer da Assembleia Metropolitana do Porto é, neste domínio, omissivo.

4. Os Projectos de Lei em discussão, quanto ao mapa, apresentam soluções diferentes a norte e a sul do país, sobrepondo-se ao centro.

O projecto do PS propõe a norte do Douro duas Regiões, de Entre-Douro e Minho e Trás os Montes e Alto Douro. A sul propõe três Regiões, uma Região do Alto Alentejo, outra do Baixo Alentejo e do Algarve.

O projecto do PCP e PEV, ao contrário, propõe a norte do Douro três Regiões, Douro Litoral, Minho, e Trás os Montes e Alto Douro, a sul duas Regiões, Alentejo e Algarve.

A consulta pública, no que diz respeito ao norte do Douro, é inconcludente na detecção de preferências por duas ou três regiões. Apenas confirma uma clara opção pela criação da Região de Trás os Montes e Alto Douro, com prolongamento desta para sul do Rio Douro, seja em sentido estrito, englobando a Região Demarcada do Douro, seja em sentido mais abrangente envolvendo esta e todos os Municípios que integram a Associação de Municípios de Trás os Montes e Alto Douro (sem Moimenta da Beira). Há algumas indicações de que, mais a oeste, (Cinfães, Castelo de Paiva) se preferiria, também, uma regionalização integrando as margens direita e esquerda do Douro.

No que diz respeito ao sul, a consulta pública exprime uma clara preferência pela opção dum único Alentejo.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Quanto à Região do Algarve confirma-se, sem equívoco, a vontade de criação desta região tal como nos é proposta.

No Centro do país os Projectos de Lei prevêem, de igual modo, a criação de quatro regiões: Beira Litoral, Beira Interior, Estremadura, Ribatejo e Oeste e Região Metropolitana de Lisboa e Setúbal.

Nos distritos de Aveiro, Viseu e Guarda um número significativo de Assembleias Municipais informaram-nos não se pronunciarem antes dum Referendo Nacional.

Algumas Assembleias Municipais (Gouveia, Pinhel, Seia, S. Pedro do Sul) manifestaram-se por uma Região Centro (ou Beira), mas a delimitação proposta Beira Litoral e Beira Interior aparece como favorita, esta última com o seu núcleo duro no Distrito de Castelo Branco.

Entre a Região da Beira Litoral e a Região da Estremadura e Ribatejo (denominada pelo PCP de Alta Estremadura, Oeste e Ribatejo), Figueiró dos Vinhos propõe a sua integração na região que englobe o distrito de Coimbra.

Entre a Alta Estremadura, Oeste e Ribatejo (denominada pelo PS de Estremadura e Ribatejo) e a Região de Lisboa e Setúbal, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Cadaval, Lourinhã e Sobral de Monte Agraço pretendem integrar-se na Região de Lisboa e Setúbal.

Palácio de São Bento, 11 de Março de 1997

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

Eurico Figueiredo

(Eurico Figueiredo)